

**ORDEM E TERROR LIMITE: A CIDADELA DO CATI NA FRONTEIRA DO BRASIL COM O URUGUAI, ENTRE 1896 E 1909**

ORDER AND TERROR ON THE BORDER: THE CATI BARRACKS BETWEEN BRAZIL AND URUGUAY (1896-1909)

Gunter Axt

Como citar este artigo:

AXT, Gunter. Ordem e terror limite: a cidadela do Cati na fronteira do Brasil com o Uruguai, entre 1896 e 1909. Cadernos do Lepaarq, v. XVIII, n.35, p. 57-81, Jan-Jun. 2021.

Recebido em: 05/05/2020

Aprovado em: 03/06/2020

Publicado em: 25/06/2021

ISSN 2316 8412

## **Ordem e terror limite: a cidadela do Cati na fronteira do Brasil com o Uruguai, entre 1896 e 1909**

### **Order and Terror on the Border: The Cati Barracks between Brazil and Uruguay (1896-1909)**

Gunter Axt<sup>a</sup>

#### **Resumo:**

Baseado em testemunhos de época, o texto descreve as instalações do quartel do Cati, sede do 2º Regimento Provisório da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, localizado na divisa entre os municípios de Sant'Anna do Livramento e Quaraí, próximo ao limite entre o Brasil e o Uruguai, que funcionou entre 1896 e 1909, sob o comando do Coronel João Francisco Pereira de Souza, conhecido pela alcunha de Hiena do Cati. O texto avalia o contexto de criação e extinção do Regimento e comenta a imagem de terror e ordem que o quartel e seu comandante infundiram na literatura e na política ao longo dos anos. O Quartel do Cati talvez esteja entre as construções mais célebres erguidas no Estado do Rio Grande do Sul, se considerada sua fama internacional na época em que funcionou e sua forte presença no imaginário da região ao longo de décadas, o que contrasta com a situação de abandono na qual se encontram atualmente suas ruínas.

#### **Palavras-Chave:**

Quartel do Cati; Brigada Militar; João Francisco Pereira de Souza; Rio Grande do Sul; Uruguai.

#### **Abstract:**

Based on testimonies, the text describes the installations of the Cati barracks, headquarters of the 2nd Provisional Regiment of the Military Police of the State of Rio Grande do Sul, located on the border between the municipalities of Sant'Anna do Livramento and Quaraí, close to the limit between Brazil and Uruguay, which operated between 1896 and 1909, under the command of Colonel João Francisco Pereira de Souza, known by the nickname of Hyena of the Cati. The text assesses the context of the creation and extinction of the Regiment and comments on the image of terror and order that the barracks and their commander have infused into literature and politics over the years. The Cati Headquarters was perhaps one of the most famous buildings built in the State of Rio Grande do Sul, considering its international fame at the time it worked and its strong presence in the region's imaginary for decades, which contrasts with the situation of abandonment in which its ruins are currently found.

#### **Keywords:**

Cati Barracks; Military Brigade; João Francisco Pereira de Souza; Rio Grande do Sul; Uruguay.

<sup>a</sup> Doutor em História Social, USP. Pesquisador associado Diversitas/USP. [gunter@terra.com.br](mailto:gunter@terra.com.br).

## INTRODUÇÃO

Entre 1896 e 1909, funcionou na divisa dos municípios de Santana do Livramento e Quaraí, no Rio Grande do Sul, próximo à fronteira com o Uruguai, o Quartel do Cati, sede do II<sup>o</sup> Regimento Provisório da Brigada Militar do Estado, comandado pelo Coronel João Francisco Pereira de Souza. Executor, na região, da política de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros, presidentes do Estado e do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), João Francisco entrou para a história e para a memória coletiva como uma espécie de vice-rei da fronteira, senhor de baraço e cutelo que controlaria o que se movia entre Bagé e Alegrete. Sua fama internacional se projetou em junho de 1895, quando venceu a batalha do Campo Osório, que encerrou a sangrenta guerra civil brasileira iniciada em 1893<sup>1</sup>. João Francisco foi largamente citado na imprensa, no Brasil, no Uruguai e na Argentina, mas também, ocasionalmente, na Europa. Tornou-se objeto de rumorosos processos judiciais, no Brasil e no Uruguai. Foi protagonista de grandes disputas políticas e representado na Literatura. Além da Revolução de 1893, teve participação destacada na revolta tenentista de 1924 eclodida em São Paulo, bem como passagens pela Revolução de 1930 e pela de 1932.

O quartel do Cati se tornou um dos prédios mais célebres do Rio Grande do Sul, sendo descrito com frequência na imprensa de Montevideú, de Buenos Aires e do Rio de Janeiro. O Cati interveio nas revoluções nacionalistas do Uruguai entre 1897 e 1904, motivou discursos de Rui Barbosa e inspirou ensaios do dramaturgo uruguaio Florencio Sánchez e um romance do escritor sul-rio-grandense Dionélio Machado, figurando também na obra de Érico Verissimo. Durante muitos anos, frequentou o imaginário coletivo da fronteira. Por sua lendária crueldade, João Francisco foi lembrado como a Hiena do Cati.

Hoje, o Cati é um campo de instrução do Exército, sob direção da II<sup>a</sup> Bateria de Artilharia Antiaérea, da 3<sup>a</sup> Brigada de Cavalaria Mecanizada. O velho quartel está em ruínas. Dada a importância do mito que em torno dele se formou no imaginário e seu impacto na história política do Rio Grande do Sul e do Uruguai, torna-se relevante revisitar o tema.

## GÊNESE

Em 1<sup>o</sup> de agosto de 1895, no momento em que se estiolava a Revolução Federalista e o governo federal do Brasil, por meio do General Inocêncio Galvão de Queiroz, comissionado pelo Presidente Prudente de Moraes para selar a pacificação na região, desencadeava a desmobilização do enorme contingente de provisórios que sustentara a pugna; o Corpo Explorador de cavalaria ligeira do Tenente-coronel João Francisco Pereira de Souza, celebrizado por ter derrotado fragorosamente as forças rebeldes do Almirante Luís Philippe Saldanha da Gama no Campo dos Osório, na Coxilha Negra, na divisa com o Uruguai, em junho daquele ano, passou a se designar 2<sup>o</sup> Corpo de Cavalaria

---

<sup>1</sup> A guerra civil começou em janeiro de 1893 e se estendeu até agosto de 1895. Os revolucionários federalistas queriam a derrogação da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1891 e a deposição de Júlio de Castilhos, Presidente do Estado. Além disso, se opunham ao governo do Marechal Floriano Peixoto e propugnavam um modelo republicano parlamentarista com federalismo menos exacerbado. Alguns dentre eles defendiam a restauração da Monarquia.

Civil<sup>2</sup>, integrando a 7ª Brigada e a 3ª Divisão. João Francisco não esperou para mandar confeccionar um novo estandarte, que exibiu orgulhoso aos comandados. Mas, apesar do entusiasmo, em janeiro de 1896, o destino do Corpo não foi diferente dos demais provisórios e acabou dissolvido pela União.

Em junho de 1895, a força legalista na guerra civil montava a quase 24 mil combatentes, sendo apenas 8.300 das tropas de linha. Os demais eram provisórios, muitos dos quais haviam transformado o engajamento em um lucrativo negócio, pois recebiam soldo, armamento, fardamento e ainda tinham relativa permissão para perseguir desafetos e praticar saques e confiscos.<sup>3</sup> A desmobilização, portanto, suscitava resistências (MEDEIROS, 1995; PEZAT, 2003).

João Francisco, em particular, embora admirado por sua desenvoltura castrense, mentalidade agressiva e lealdade aos comandantes, era encarado com desconfiança pelos oficiais de linha e já havia sido, inclusive, submetido a Conselho de Justificação, no âmbito da Justiça Militar, graças a episódio polêmico acontecido no calor da refrega. Em 23 de agosto de 1893, o contingente comandado por ele e seu irmão Bernardino penetrou ilegalmente o Uruguai, em perseguição a um piquete revolucionário. Segundo a imprensa local, excessos foram cometidos, com saldo de vários mortos. O episódio rendeu críticas severas das autoridades uruguaias ao governo brasileiro, dando início à fama de atrabiliário.<sup>4</sup>

O relatório do Ministério das Relações Exteriores do Brasil informava perecimento no combate de duas autoridades uruguaias, que teriam tentado obstar a progressão da coluna, o tenente Cardozo e o funcionário aduaneiro Medardo Gonzales. Em Montevidéu, os ânimos se adriçaram. A juventude, em “algazarra patriótica”, se lançou às ruas, chegando a assaltar o prédio da legação diplomática brasileira. Um inquérito policial militar isentou, entretanto, o comando da operação de responsabilidade direta pelos excessos, atribuindo-os ao descontrole dos engajados. O processo penal militar foi arquivado pelo então Ministro da Guerra, General Antônio Francisco de Moura. Não obstante, o Brasil indenizou as famílias das duas vítimas em cem contos de réis<sup>5</sup>, pelo Decreto n. 2012, de 25 de abril de 1895<sup>6</sup>. As demais, entretanto, foram esquecidas (SÁNCHEZ, 1990; ULRICH, 1903: 134; CAGGIANI, 1997, p. 32).

Apesar da má vontade do Exército brasileiro e do Itamaraty, Júlio Prates de Castilhos – o intransigente Presidente do Estado do Rio Grande do Sul e do Partido Republicano Rio-Grandense,

---

<sup>2</sup> Um Corpo, nessa época, compunha-se de 200 a 400 homens.

<sup>3</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 e 23 de julho de 1895. Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

<sup>4</sup> “(...) invadieron nuestro país por la parte oeste de esta población, fuerzas legales brasileiras, en crecido número. Se diseminaron por grupos en un rayo de cerca de diez leguas, a lo largo de la línea fronteriza internándose hasta dos leguas en suelo oriental, saqueando varias casas, arrancando de ellas a los hombres que hallaron: degollaron a Eliseo Cabrera, Juan Ribero, Geronimo Diaz, Manuel Lino Pereira, Constancio Alves, Francisco Castilho, Cândido Ferreira, hirieron a Juan Machado de tres balazos, dejando atado a Laurindo Bentos; secuestraron al Brasil a varios individuos de los que unos se escaparon, otros fueran sueltos y de otros nada se sabe; estupraron una menor y practicaron toda clase de fechorías. De los degollados, algunos eran orientales; a cinco de las víctimas les cortaron una oreja, y al oriental Geronimo Diaz las dos; unos fueron hallados en territorio nacional, y otros en el Brasil, sobre la línea (...)” Violación del territorio nacional, saqueos, deguellos e fechorias. *Las Noticias*, Rivera, 26 de agosto de 1893. Museu da Folha Popular.

<sup>5</sup> A quantia era expressiva. Em 1890, 1 conto poderia comprar 1 kg de ouro. Em 1902, Emílio Calo arrematou de penhora por hipoteca a charqueada Novo Quaraí por 100 contos de réis (VOLKMER, 2008, p.54).

<sup>6</sup> *Diário Oficial da União*, 11 de dezembro de 1896, p. 11.

considerado um dos Patriarcas da República proclamada em novembro de 1889 – não aceitou abrir mão da estrutura de poder que garantira a vitória. Era-lhe fundamental manter mobilizados os colaboradores que haviam se destacado na campanha. Em agosto, assim, indicava João Francisco ao Ministro da Justiça para o posto de Coronel da Guarda Nacional da comarca de Livramento. Apesar do General Galvão de Queiroz, requisitou ao Ministro da Guerra que o 2º Corpo ficasse à disposição do governo do Estado. Em 7 de novembro, Castilhos garantia a João Francisco: “Brevemente vos confiarei comissão de grande importância e de imediata confiança do Governo. Ficais prevenido” (CORONEL, 1921, p. 14).

Em seguida, em 8 de dezembro, participava que o Corpo integraria o Regimento de Reserva da Brigada Militar, “incumbido de vigiar a zona compreendida entre Livramento, Quaraí e Alegrete”, coração da pujante economia charqueadora e ganadeira na fronteira e região com forte concentração de oposicionistas. Um oficial da Brigada ajudaria a adaptar os soldos à tabela de vencimentos do Estado. Mais do que uma missão de segurança pública, tratava-se de um projeto partidário. O General Hipólito Ribeiro, a quem João Francisco estivera subordinado durante a Federalista, e o Intendente Moysés Vianna se encarregariam de fazer chegar a ele as primeiras instruções: “escuso dizer-vos que inspirais inteira confiança no meu governo”<sup>7</sup>. Nos anos seguintes, os Presidentes do Estado Júlio de Castilhos e Antônio Augusto Borges de Medeiros mantiveram com João Francisco extensa correspondência, indicando que suas ações contavam com aval superior.

O ato saiu no dia 16 de dezembro de 1895 e também contemplou o tenente-coronel João Rodrigues Menna Barreto com um comando, em Santa Maria<sup>8</sup>. A solução acomodou provisórios, não sem gerar incômodo. Em menos de um ano, Menna Barreto queixava-se de desprestígio em relação aos efetivos e o próprio João Francisco pleiteou a Júlio de Castilhos que seu Corpo fosse integrado à Brigada Militar, o que, segundo o Presidente, não foi possível por indisponibilidade de orçamento.<sup>9</sup>

Em 12 de janeiro de 1896, seis dias após a dispensa definitiva do serviço da União, o Comando do Regimento Provisório de João Francisco emitia primeira ordem do dia, estacionado em terreno de propriedade de João Francisco, no Cati, um elevado em posição estratégica, espécie de entroncamento, do qual partiam diversas estradas. O local ficava próximo ao arroio de mesmo nome, que nasce na coxilha Japeju, junto ao cerro das Catacumbas, e lança-se no Rio Quaraí, 15 Km a Oeste do passo do Ricardinho, depois de um curso de cerca de 40 Km, formando assim a divisa entre os municípios de Livramento e Quaraí. Na língua indígena que batizou o local, Cati significa mato branco, ou mato ralo. Daí vem a palavra caatinga<sup>10</sup>.

<sup>7</sup> Júlio de Castilhos a J.F. Pereira de Souza, Porto Alegre, 8 de dezembro de 1895 (CORONEL, 1921, p. 15; CAGGIANI, 1997, p. 52).

<sup>8</sup> Pouco depois, foi extinto o 1º Regimento Provisório, e João Rodrigues Menna Barreto, atritado com Castilhos, retirou-se para Carazinho, dedicando-se às lides do campo e à exploração da madeira. Em 1923, no grande levante contra Borges de Medeiros, tornar-se-ia um dos seis generais revolucionários, tomando parte no Acordo do castelo de Pedras Altas, residência do líder oposicionista Joaquim Francisco de Assis Brasil, que pôs fim àquela querela.

<sup>9</sup> Júlio de Castilhos a João Francisco Pereira de Souza, 22 de março de 1898, n. 30047.1, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS).

<sup>10</sup> <https://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/caatinga/>. Acessado em 2 de maio de 2020.

## **A CIDADELA DO CATI**

Em pouco tempo, as modestas barracas de campanha deram lugar a sólidas instalações, cuja construção foi financiada com a economia que João Francisco conseguia fazer dos valores recebidos do governo estadual. Recursos próprios do comandante também teriam sido investidos nas obras, ao longo dos anos. No centro do complexo ergueu-se um quartel, um quadrilátero térreo de pedra e ladrilhos, com 80 metros de frente por 50 metros de fundo, caiado de branco. A face norte se abria em forma de trincheira<sup>11</sup>.

À direita do acesso principal ao prédio ficava um amplo depósito, chamado de arrecadação-geral, onde se encontravam metodicamente dispostos em reforçadas estantes os apetrechos de guerra, tais como correames, fardas, quepes, botas, sabres, lanças, clarins... Um arsenal ficava mais ao fundo, onde pontificavam as carabinas e as novíssimas pistolas semiautomáticas Mauser, de fabricação alemã.<sup>12</sup>

A sala de secretaria estava montada à esquerda, com arquivos, escrivaninhas e uma biblioteca, composta de livros que João Francisco acumulara, especialmente sobre a arte militar e a história francesa, que tanto apreciava. Duas salas de aulas providas com mesas e bancos em madeira coletivos e quadros-negros acolhiam o jovem professor Manuel Visillac, uruguaio formado na academia de Buenos Aires, que ministrava teoria aos oficiais. Ao fundo havia um espaço para a banda de música, com instrumentos caprichosamente limpos. Um amplo refeitório – com piso em ladrilho e mesas com tampos de mármore, que transmitiam impressão de asseio – acomodava soldados e oficiais, em alas separadas. A cozinha ficava no subsolo e impressionava por possuir água encanada. O quartel era iluminado com lanternas a gás acetileno, obtido por meio de reação química a partir da mistura de água e carbureto, das quais emanava uma luz branca, oferecendo ao conjunto um aspecto claro e organizado. Marcas da fuligem produzida pelas chamas eram minimizadas, pois o teto era pintado em verde e amarelo e as paredes revestidas com azul celeste, cores da bandeira brasileira (ULRICH, 1903; CAGGIANI, 1997, p. 63)<sup>13</sup>.

Ainda no prédio principal ficavam os alojamentos dos soldados, cujo fardamento padrão se constituía de blusa de pano, calça de brim branco, boas botas e quepe à francesa. O Regimento completo chegou a mobilizar 800 homens, em quatro esquadrões, dois deles também lanceiros. Mas boa parte ficava em campo, vigiando a fronteira.

Ao redor do quartel se dispunham 12 residências para oficiais, alojamentos para os peões, oficinas, manufaturas, invernadas, mangueiras, cocheiras e estábulos. Aí se erguia também um grande reservatório d'água em forma de torre, em cuja face externa achava-se pregada uma espingarda Remington conectada a uma válvula, que disparava sempre que estivesse cheio (ULRICH, 1903, p. 214).<sup>14</sup>

<sup>11</sup> Para tornar o texto mais fluído, optou-se por sistematizar a descrição do ambiente a partir das diversas narrativas conhecidas, citadas a seguir, que não são contraditórias entre si, mas complementares.

<sup>12</sup> VISCA, Arturo P. *La Razón*, Montevideu, 12, 13 e 15 de junho de 1908.

<sup>13</sup> VISCA, Arturo P. *La Razón*, Montevideu, 12, 13 e 15 de junho de 1908.

<sup>14</sup> ARTEAGA, Clodomiro de. *La Nación*, Montevideu, 19 de julho de 1899.

Um núcleo colonial, chamado Aldeia, constituído por dezenas de ranchos crioulos, de palha e adobe, abrigava até 200 pessoas, produzindo gêneros de subsistência para a tropa e para algumas famílias de soldados que ali se fixaram, além de administrar lavouras para forragem (ULRICH, 1903).<sup>15</sup>

O abastecimento de víveres era garantido por plantações e criações, que circundavam a área, além do armazém Avellanal, que recebia itens de fora, especialmente da cidade uruguaia de Salto, de onde era natural seu proprietário. O comércio se completava com uma barbearia, chamada Salão Republicano, gerida também por um uruguaio. João Francisco preferia que os homens usassem o corte de cabelo à francesa, bem curto. O estabelecimento era um ponto de encontro, onde, ao final da tarde, se reunia o grupo de oficiais e visitantes. Debatiam-se política, guerras, falava-se de amores e até se declamavam poesias (ULRICH, 1903)<sup>16</sup>.

Um pouco mais ao fundo ficava um abatedouro, que fornecia carne fresca às instalações. Os exercícios de tiro se faziam na outra extremidade, num polígono desenhado ao pé de um cerro a 200 metros do quartel (ULRICH, 1903).<sup>17</sup>

Às quatro e meia da madrugada, o clarim soava o toque de alvorada. Com as primeiras sombras do crepúsculo, tocava “oração” e às nove da noite, “silêncio”. Nos domingos à tarde a banda do Regimento apresentava as melhores peças de seu repertório na Praça Júlio de Castilhos, ao lado do quartel e defronte à casa do comandante, na qual João Francisco residia com a esposa e os filhos – uma construção sólida, com peças claras e ventiladas, mobiliário confortável sem ser luxuoso e flores em profusão. Todos os anos, comemorava-se o 14 de julho (data francesa, mas também da Constituição estadual) com música, fogos de artifício e um baile. O 15 de novembro, data da proclamação da República, também era festejado em grande estilo. Certa feita, espalhou-se, na imprensa do Salto e de Rivera, que dois músicos uruguaiois, contratados para animar a celebração, teriam sido recrutados à força. O boato acabou desmentido (ULRICH, 1903, p. 316).<sup>18</sup>

Uma farmácia possuía suprimento pertinente de remédios. Carroções fechados, pintados com cruces vermelhas e tracionados por mulas, funcionavam como ambulâncias. No acampamento havia 1.200 cavalos tordilhos – apreciados por serem considerados bons nadadores – e 600 de outras pelagens, além de 200 mulas domadas.<sup>19</sup>

Boa parte dos arreios e correames era preparada nas próprias oficinas do Cati, assim como as ferraduras. Nelas também se produziam cunhetes, espécie de caixa de madeira forrada destinada a transportar munição, protegendo-a das intempéries. Botes de lona e borracha serviam para fazer a passagem dos cursos d’água e podiam ser ainda utilizados como barracas. Em menos de uma hora, o regimento inteiro podia entrar em formação, devidamente municiado e com provisões dispostas no dorso das mulas, o que pode ser considerado notável mesmo para os dias atuais. Um bem treinado grupo de sapadores estava habilitado a abrir caminhos, erguer trincheiras, construir pinguelas.<sup>20</sup>

<sup>15</sup> ARTEAGA, Clodomiro de. *La Nación*, Montevideú, 19 de julho de 1899.

<sup>16</sup> ARTEAGA, Clodomiro de. *La Nación*, Montevideú, 19 de julho de 1899.

<sup>17</sup> ARTEAGA, Clodomiro de. *La Nación*, Montevideú, 19 de julho de 1899.

<sup>18</sup> ARTEAGA, Clodomiro de. *La Nación*, Montevideú, 19 de julho de 1899.

<sup>19</sup> ARTEAGA, Clodomiro de. *La Nación*, Montevideú, 19 de julho de 1899.

<sup>20</sup> ARTEAGA, Clodomiro de. *La Nación*, Montevideú, 19 de julho de 1899.

Não há referência à existência de capela, ou oratório. João Francisco se assumia positivista, o que o posicionava nas fileiras do ateísmo e do anticlericalismo, que de fato sustentou nos opúsculos que publicou nos anos 1930 (SOUZA, 1934b). Isso não significava que, num ambiente com tantos soldados, mulheres e crianças, não houvesse espaço para práticas religiosas. Em *Noventa e Três* (SOUZA, 1934, p. 117), João Francisco lembra do “valente” e supersticioso Parede, “que usava muitos patuás, com santinhos e orações, dizendo sempre aos companheiros que as balas o respeitavam” – quando ferido em combate, avaliou que estaria devendo algo à Virgem... Florêncio Sánchez (1990), de fato, considerou que, em 1903, entre o povo de Sant’Anna do Livramento prevalecia mais o espírito supersticioso e fetichista do que o propriamente religioso. A perspectiva é compatível com a narrativa do padre belga Schoenaers (2003) para a cidade vizinha de Jaguarão, que notava a popularidade de feiticeiros e curandeiros na região, no início do século XX, enquanto as elites assumiam certo viés anticlerical, em razão do prestígio local da Maçonaria.

Entre outubro de 1901 e junho de 1903, o Regimento ergueu uma rede telefônica que conectava as cidades de Livramento e Quaraí com as estações do Cati, Sarandi e Cantagalo. Algumas estâncias e residências, especialmente as da família Pereira de Souza, situadas no percurso dos cabos puderam ser supridas com a novidade. Tratava-se de um luxo. Linhas funcionavam no Brasil desde 1877. Na vizinha Pelotas, já havia um incipiente serviço de telefonia desde a década de 1880. O Palácio do Governo estadual foi ligado à chácara da Figueira, onde residia Júlio de Castilhos, nas cercanias de Porto Alegre, em 1897. No início, todos os assinantes podiam eventualmente escutar trechos das conversas dos outros, pois cada aparelho era um ramal da mesma extensão. A fiação oxidava, o que embaçava a qualidade do sinal (CAGGIANI, 1997, p. 55; UEDA, 1999; ANAIS, 2009, p. 79).

Em 1902, João Francisco importou da Bélgica e da Inglaterra casais de pombos-correios e constituiu um pombal para enviar mensagens com agilidade a destacamentos espalhados pelas localidades da região. A instalação contava com um redilômetro, equipamento usado pelo exército chileno para marcar a hora e o número dos pombos que saíam ou chegavam (ULRICH, 1903).

### **O CATI, ENTRE O TERROR E A ORDEM**

João Francisco pensava nos detalhes. Sabedor da importância de seu posto, tornou-se atento à própria imagem. Correspondia-se com os Presidentes Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros em papel de linho, importado da Alemanha, com marca d’água e elaborada logomarca. Uma sofisticação que o frugal Palácio em Porto Alegre, ao qual ele se subordinava diretamente, não ostentava.

Se um jornalista o atacava em Montevideu, ou em Buenos Aires, outro o elogiaria, sendo convidado para conhecer as instalações, que recepcionaram também visitas ilustres. Nessas ocasiões, festejavam-se as autoridades com banquetes, champanhe, prataria, formações de gala, queima de fogos de artifício e bailes que varavam a madrugada, com casais rodopiando no salão principal, como aconteceu em fins de junho de 1899, quando o General Hipólito Ribeiro hospedou-se no quartel, em companhia de sua esposa. Fora dessas ocasiões solenes e festivas, não se permitiam bebidas alcoólicas (ULRICH, 1903, p. 202).

As instalações renderam-lhe elogios de oficiais da Brigada Militar e comentaristas estrangeiros (PEREIRA, 1950). Mas também diversas críticas e um número apreciável de inimigos. João Francisco continuou a ser odiado pelos federalistas que ajudara a derrotar entre 1893 e 1895 e cujos movimentos vigiava de perto. Tornava-se também o terror de contrabandistas, bandoleiros e jogadores. Porém, novos desafetos começavam a surgir dentre as fileiras aliadas. Iam desde concorrentes locais até autoridades principais da República, que cada vez mais torciam o nariz para seu poder. Sem falar nos contendores que cutucava do outro lado da fronteira.

Em janeiro de 1898, o General Carlos Maria da Silva Telles, veterano de 1893 e aclamado defensor de Bagé contra o assédio das hostes revolucionárias, foi designado pelo Presidente da República Prudente de Moraes para comandar a fronteira, de Bagé a Dom Pedrito. A pedido do governo brasileiro, apreendera-se suspeito carregamento de armas em Buenos Aires, que se destinava ao Rio Grande do Sul. Em julho, já se estabeleciam conflitos entre Telles e a polícia municipal em Bagé. Em 14 de outubro, Telles – que havia dado guarida a Bernardino Motta, um fugitivo da Justiça estadual que se declarou perseguido político – acusou, em um manifesto, o governo estadual de planejar o separatismo, tema que assombrava o Rio Grande do Sul desde a Revolução Farroupilha (1835-1845). Denunciava o perigo da militarização do Estado e da liberdade de ação de João Francisco (ANAIS, 2009, p. 102, 103; CABEDA, COSTA, 2002, p. 126, 135; CARONE, 1971, p. 186):

Julgo incontestável o direito que assiste o comando do Distrito de impedir a militarização do Estado... com armamento moderno, de precisão, municada, fardada e com organização idêntica à do Exército nacional. (...) Disso convencido, eu não poderia consentir que permanecesse no Cati, sobre a fronteira... o Sr. João Francisco, à frente de 600 homens comandados e aquartelados sem prestar o menor serviço e sem dar obediência alguma ao Comando da Guarnição de fronteira do Livramento, contra o qual leva até a provocar constantes conflitos, invadindo-lhes atribuições, ora praticando recrutamento forçado, ora alistando em suas fileiras, com graduações, desertores daquela Guarnição, ora prendendo, internando cidadãos orientais por crimes políticos cometidos em seu país, como ainda há bem pouco tempo sucedeu, e ora, finalmente, com a incessante e cruel perseguição contra os povos de toda aquela fronteira e municípios próximos, pelo que existe ainda grande número de cidadãos imigrados, não obstante a pacificação se ter realizado há mais de três anos.<sup>21</sup>

Dias depois, o Coronel Antônio Adolfo da Fontoura Menna Barreto, Comandante da Guarnição de Livramento e do 5º Regimento de Cavalaria, em telegrama assinado junto com 42 oficiais, aplaudiu a “enérgica” atitude de Telles “contra a existência de grupos de janízaros, atentatória à Constituição e à integridade da Pátria, e ofensivas à lealdade das classes armadas da Nação”<sup>22</sup>.

As relações entre João Francisco e Menna Barreto não eram boas. Em setembro de 1896, “João Francisco, a cargo de cuja tropa estava o policiamento do município, periodicamente fazia levadas de vadios, jogadores de osso, gatunos, etc., fazendo-os levar para seu quartel. (...) Na ocasião, uma escolta de João Francisco conduzia ao Cati uns oitenta ou cem homens” (MACIEL, 1968)<sup>23</sup>. Passando defronte ao quartel-general do Comando da Guarnição, o Major João José da Luz,

<sup>21</sup> *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1898.

<sup>22</sup> *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 19 de outubro a 23 de dezembro de 1898 (CARONE, 1971, p. 187)

<sup>23</sup> Para os federalistas Rodolpho Costa e Rafael Cabeda teriam sido apenas 40.

obedecendo ordens de Menna Barreto, atalhou o passo e pôs em liberdade os presos, sob invocação de ilegalidade da sua prisão e recrutamento forçado. Um choque entre as duas forças foi evitado por mediação do Marechal Isidoro Fernandes, veterano da guerra contra Rosas e legalista durante a Revolução Federalista (CAGGIANI, 1997, p. 84; CABEDA, COSTA, 2002, p. 99).

As manifestações dos generais corroboravam denúncias oposicionistas. Num telegrama de janeiro de 1896 ao General João Nunes (Joca) da Silva Tavares, Barão do Itaqui, comandante do exército Libertador durante a Federalista, o chefe revolucionário Rafael Cabeda denunciava: “João Francisco anda amarrando companheiros nossos e levando para seu acampamento, a fim de servirem no corpo policial, o mesmo fazendo em Quaraí”. Em fevereiro, *O Canabarro*, jornal de oposição editado em Rivera sob a proteção da linha divisória, nominava 14 federalistas condenados a tal sorte. Em junho de 1896, Marcelino Pina escrevia a Joca Tavares relatando os “horrores dos tempos inquisitoriais” praticados em razão dos recrutamentos em Dom Pedrito, cidade vizinha (ANAIS, 2009, p. 104; CABEDA, COSTA, 2002, p. 84, 86, 94).

*O Canabarro* publicou em 1897 um folheto intitulado *O Quadro Negro*, com denúncias de excessos cometidos por João Francisco, que reverberou no Rio de Janeiro e em Montevidéu. João Francisco foi responsabilizado por arrebanhar centenas de reses, bovinas e ovinas, de estancieiros federalistas nas semanas seguintes ao Pacto de 23 de agosto de 1895. Aos homens sob seu comando foram atribuídos assaltos, degolas e justiciamentos:

Em 20 [de março de 1897], foi preso, em sua própria casa, no 3º distrito de Livramento, por uma escolta do 2º Corpo Policial, ao mando do Capitão Salvador Lourenço de Senna (Tambeiro), o federalista João Assis, casado, ex-praça do Exército (...). Um sargento da escolta matou-o no próprio leito, em presença da esposa, com três tiros de revólver. (...). No mesmo dia foi preso em Upamaroti, pelo Comandante do 1º Regimento Policial, João Rodrigues Menna Barreto, o ex-revolucionário Francisco Prestes, que foi remetido para o acampamento do Cati. (...) Três dias depois, com mais três companheiros, [foi] levado ao Ibirapuitã, onde foram os quatro degolados. (...) A outra vítima foi o infeliz Armando Guterres, de 18 anos, empregado do comércio, remetido em pelo para as forças do Cati. A mãe, Dona Maria da Glória Guterres, foi ao Cati em procura do filho estremecido e depois de ser-lhe declarado pela própria Hiena<sup>24</sup> que Armando achava-se entre sua gente, a infeliz senhora (...) veio a saber que seu malogrado filho fora degolado conjuntamente com Francisco Prestes (CABEDA, COSTA, 1902; CABEDA, COSTA, 2002: 98).

Em 1901, os diretores de *O Maragato*, também editado em Rivera, Raphael Cabeda e Rodolpho Costa, remeteram aos assinantes circular solicitando relatos de arbitrariedades cometidas contra federalistas. O produto daí amealhado recheou o livro *Os crimes da ditadura*, lançado em 1902, que pretendia responder ao *O Vandalismo no Rio Grande do Sul*, publicado pelo castilhista Euclides Moura em 1892 e que se empenhou na denúncia das atrocidades desferidas pelos federalistas durante o seu curto governo, entre 1891 e 1892, alcunhado *Governicho*. Júlio de Castilhos e João Francisco foram alvos prediletos da edição (CABEDA, COSTA, 1902; CABEDA, COSTA, 2002, p. 16, 100; MOURA, 1892).

Quando eclodiu no Uruguai o movimento de março de 1903, liderado por Aparício Saraiva, forças de João Francisco – que desde 1897 colaborava com o exército *blanco*, do Partido Nacional,

<sup>24</sup> Referência a João Francisco Pereira de Souza.

introduzindo clandestinamente armamento no país vizinho – invadiram, na noite de 16, com o beneplácito de autoridades locais, a cidade de Rivera, empastelando as tipografias e redações d’*O Maragato* e d’*O Canabarro*. Três tipógrafos foram mortos na ocasião, dois deles degolados (CAGGIANI, 1984).

No Uruguai, a exemplo do que acontecera em 1893, um núcleo de jovens *colorados* espalhou a versão de que Rivera estava entregue à ação de ferozes caudilhos estrangeiros, mancomunados com os *blancos* de Aparício, que estariam assim tolerando ofensas à soberania do país. O Presidente Batlle y Ordonez designou o Inspetor Geral de Polícias para investigar os fatos, os quais, afinal, estiveram na origem da detonação da guerra civil de 1904 (SEGARRA, 1977, p. 149; BARRÁN, NAHUM, 1972).

O célebre dramaturgo e jornalista uruguaio Florencio Sánchez (1990), originalmente identificado aos *blancos* e que, inclusive, havia se refugiado em Livramento depois da guerra civil de 1897 em seu país, publicou em 1903, depois dos episódios em Rivera, o libelo *El caudillaje criminal en Sudamérica*, onde o quartel foi descrito como um valhacouto de bandidos, gerido de modo peripatético e feroz:

Que a don Fulano de Tal, sospechado de maragato le han cortado la cabeza; que el pardo Cipriano apareció con los dientes al sol; que la estancia tal ha sido asaltada, incendiada y degollados sus habitantes?... La noticia corre como un rayo, se comenta sin regocijo pero también sin indignación, y cuando dos amigos se encuentran en la calle al comunicarse sus impresiones: – Fue la gente de João Francisco! – se susurran, bajando la cabeza. Para hablar de esas cosas no se puede alzar mucho el cuello, pues hasta la atmósfera tiene filo. (...) Los únicos individuos que suelen ir a la cárcel son los contrarios a la situación, (...) Y no son los maragatos, los enemigos políticos, los únicos que caen, sino todo aquel que se haya hecho desagradable a la hiena por cualquier circunstancia, por haberle robado un caballo o un amigo, por haber murmurado, por haber tenido una disputa con un soldado, por emborracharse en una pulpería, por no pagar una cuenta, por haber dado refugio a un perseguido, por defender la honra de su china... (...) El gobierno central del Brasil está representado por numerosos batallones destacados en Livramento, Cuareim y Uruguayana, las tres villas del feudo medieval de João Francisco. Es curioso el papel que desempeñan esas fuerzas obligadas a mantenerse neutrales, impasibles, con respecto a la autonomía provincial ante tanto desmán. (...)

João Francisco tuvo la tétrica voluptuosidad de mantener su gente acampada sobre el mismo campamento de Saldanha [da Gama] todo el tiempo que los miasmas lo permitieron. Lo hacía con el fin de familiarizar la tropa con el espectáculo de la muerte, y de tal manera logró su objeto que en esos días la milicada se entretuvo en desollar los cadáveres para trenzar con piel humana manecas y presillas del apero, prendas muy estimables en aquellas regiones, que se exhiben como testimonios de valor y que algunos supersticiosos conservan como amuletos contra las balas! Y jamás olvidaremos la impresión que nos produjo oír a los oficiales de João Francisco relatar entre grandes carcajadas, cómo se divertían los milicos haciendo probar a sus compañeros más zonzos carne asada de los dijuntos, o describir una macabra disparada de caballos del campamento arrastrando los cadáveres que habían servido de estacas a la soldadesca para mantener la sogá! (...)

Como la vida en Caty se nos ocurriera monótona, un oficial nos sacó de dudas diciéndonos que cuando la faena militar no los ocupaba mucho tiempo, se entretenían en aplicar todos los castigos en carterá; entre estaquear a uno y apalear a otro transcurría más agradablemente el tiempo. – Mire, tenemos un negro estaqueado porque le robó una guitarra a un compañero. ¿Quiere verlo? – Allí estaba, como un sapo panza arriba, suspendido entre las cuatro estacas por las guascas ceñidas a sus miembros. Nos miró sonriendo: – Pida por mí, seu tenente! – suplicó. – Te vai a dar, negro del diablo, robar guitarras!... – Y habiendo tanteado la tensión de las amarras, llamó al cabo ejecutor. ¡Estire más esta prima, que está baja... Y ahora esta bordona!... ¡Ajajá!... – Los huesos del negro crujieron.

O ensaio não era o primeiro. Em 1901, a influente revista buenairense *Caras y Caretas* publicou um artigo de autoria anônima, mas atribuída a Sánchez, que então colaborava com o hebdomadário usando um pseudônimo. Intitulado *Las hazañas de Joao Francisco. El jaguar de Caty*, partia do mesmo antagonismo entre civilização e barbárie (ROCCA, 2020) que marcaria o ensaio de 1903 e que estava na base do seminal *Facundo*, de Domingo Faustino Sarmiento (1999), originalmente publicado em 1845 como um poderoso libelo contra o ditador argentino Juan Manuel de Rosas. João Francisco se prestava para essa construção, pois ao mesmo tempo em que lhe rondavam histórias macabras era interlocutor simpático e afável, com voz meiga e de fala mansa, rosto rosado e bonito, emoldurado por uma barba Andô – aparada nos lados e alongada no queixo –, que se expressava de modo articulado. Como notaram um correspondente da Havas<sup>25</sup>, em 1895<sup>26</sup>, e o deputado e jornalista Germano Hasslocher, em 1905 (SOUZA, 1934), os que esperavam encontrar um brutamontes de barbas arruivascadas, cabelo emaranhado, maneiras rebarbativas, gestos descompassados, aura primitiva embebida em instintos brutais, lenço engordurado ao pescoço e metido em rústicas bombachas, surpreendiam-se com o homem fino, amaneirado, escanhado, perfumado e trajando rigorosamente na melhor moda capitalina. Refinado e culto, assim, ele próprio se prestava a encerrar a polarização civilização/barbárie, que pretendia opor miticamente as elegantes urbes do Prata à fronteira rebelde e inculta. Com efeito, “en *Caras y Caretas* el rechazo racional por la crueldad del pasado no excluía la fascinación por sus aspectos más oscuros: lo repudiado como signo de salvajismo era el centro de las historias más sensacionales.” (ROGERS, 2008, p. 175).

Em setembro de 1903, *Caras y Caretas*, em outro texto anônimo, mas possivelmente redigido por Sánchez, repisou em duas páginas ricamente ilustradas a fama sombria de João Francisco, senhor supremo de Livramento, descrita como terra primitiva, pobre, inculta e sem lei, cujos habitantes se entregavam às práticas do contrabando e do abigeato e onde campeava a degola<sup>27</sup>.

Se esse artigo e o ensaio de 1903 de Sánchez comoravam com a repercussão no Prata do empastelamento e degola dos tipógrafos de *O Maragato* e *d’O Canabarro*, o artigo de 1901 coincidira com reflexos da rumorosa prisão, sob acusação de contrabando, dos proprietários da casa Santos & Irmãos, uma charqueada e estabelecimento comercial de uruguaios em Quaraí, sendo João Francisco responsabilizado por arbitrariedades, quando estava tentando compor em favor dos empresários e em conflito com o delegado fiscal Idelfonso Fontoura, verdadeiro responsável pela ação, como demonstram correspondências trocadas com Borges de Medeiros. Outra prisão, repercutida em *Caras y Caretas*, assim como em veículos franceses, foi a do cônsul honorário da França Roger Rivière, charqueador em Quaraí<sup>28</sup> (ULRICH, 1903, p. 191; ANAIS, 2009, p. 304, 310).

A comparação com o caudilho argentino Facundo Quiroga impactou João Francisco. Ele tudo fez para se livrar da pecha. Apresentava a si próprio, a Aparício Saraiva, a Floriano Peixoto, Quintino

<sup>25</sup> Atualmente agência de notícias France-Presse.

<sup>26</sup> *Jornal do Comércio*, RJ, 4 de julho de 1895. *Jornal do Brasil*, RJ, 5, 11 de julho de 1895. FBN

<sup>27</sup> João Francisco Pereira en su cuartel de Caty. *Caras y Caretas*, 12 de setembro de 1903. Biblioteca Nacional da Espanha (BNE).

<sup>28</sup> Borges de Medeiros a J.F. Pereira de Souza, 10 de maio de 1900, nº 4191. IHGRGS. Las hazañas de João Francisco: el Jaguar de Caty. *Caras y Caretas*, Buenos Aires, 31 de agosto de 1901, n. 152, p. 41-42. BNE.

Bocaiúva, Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado como paladinos libertários sintonizados com a modernidade. Em seus livros (1923; 1934), as referências ao colombiano José Maria Vargas Vila, um dos escritores mais populares na América Latina na época, passavam pela identificação com o autodidata, guerreiro e panfletário vigoroso que bramava repúdio aos caudilhos e à venalidade dos políticos assembleístas (MARTINEZ, 2008).

Depois de uma figadal ruptura com Borges de Medeiros em 1910, que tantos dissabores posteriores lhe trouxe, escreveu textos tentando colar à figura do presidente do Estado precisamente a imagem de caudilho sinistro – curioso malabarismo conceitual, pois Borges, contido e aburguesado líder cidadão, era pouco afeito ao ambiente campestre, o que, aliás, foi caricaturado pelo famoso poemeto satírico de Ramiro Barcellos de 1915, intitulado *Antônio Chimango*, de modo a associá-lo a uma ave de rapina, oportunista, mesquinha e sem graça. Assim, para João Francisco, Borges de Medeiros convertia-se no caudilho infrene, siderado pelo poder: “as garras aduncas do tigre de *los llanos* não foram mais terríveis que o bico amarelo do chimango”. Borges, dizia João Francisco, em meio ao tonitruar de cavaleiros na Revolução de 1923, “é agora Facundo Quiroga, cego, obcecado. Não se dá conta que está caminhando de encontro à morte!” (SOUZA, 1923, p. 15, 137; FISCHER, 2016)

Diante da artilharia pesada no campo simbólico, João Francisco encomendou ao publicista Arthur Lara Ulrich edição em sua defesa, na qual sua trajetória de 1889 a 1903 era sistematizada, reunindo documentos que sustentavam terem, em 1893, as autoridades uruguaias sido mortas (por resistirem ao aviso de “alto”) sobre a linha divisória, e não em território estrangeiro; não terem sido selvagememente mutilados os despojos do Almirante Saldanha da Gama e de seus comandados tombados no combate de Campo Osório em 1895; não ter o Regimento do Cati transposto a linha divisória no dia 16 de março 1903; que João Francisco não apenas estaria hospedado no Hotel do Comércio, no momento do ataque aos jornais, como ainda, a pedido do Marechal Isidoro Fernandes, teria intercedido para liberar da prisão Paulino Vares, diretor de *O Canabarro*; que as instalações do Cati eram modelares, modernas e disciplinadas; que alguns jornais, inclusive independentes, garantiram que as notícias publicadas em Buenos Aires na *Caras y Caretas* sobre sua responsabilidade na prisão dos proprietários da Casa Santos & Irmãos eram falsas. Essencialmente, era uma réplica a Florencio Sánchez (ULRICH, 1903).

Ao que se sabe hoje, Ulrich doura a pílula em quase tudo, o que não estranha em uma biografia apologética, mas não se afasta da verdade ao repelir algumas das mais sinistras increpações de Sánchez. Os argumentos de Ulrich, no caso de 1893, se dissolvem diante do relatório do Ministério das Relações Exteriores, mas se os cadáveres dos soldados de Saldanha da Gama tivessem sido esfolados, com a pele humana deles arrancada curtida para produzir arreios, o filho do General Joca, Pedro Nunes da Silva Tavares, que esteve no campo dos Osório no dia seguinte ao combate, o teria relatado. Sim, houve carcheio (rapinagem dos bens, inclusive vestimentas, dos defuntos) – que de resto não era comportamento estranho aos exércitos pré-modernos (CABEDA, MEIRA, 2009) –, talvez algumas degolas de feridos e algumas orelhas cortadas como souvenirs, mas não esquartejamentos. Também não há registros sólidos de escarpelamentos, castrações, olhos furados

ou lanças e espadas embebidas em defuntos mais de cem vezes, como chegou-se a propalar pelas páginas de *O Canabarro*. Wenceslau Escobar, no seu livro de 1918, não teria perdido a oportunidade de replicar os traços mais escabrosos, se verídicos. Finalmente, Pedro Tavares e os correspondentes do *Jornal do Brasil* calculam entre 53 e 55 o número de federalistas mortos no Campo Osório, cifra bastante distante das alardeadas por Sánchez, que chegou a sustentar o extermínio completo dos adversários<sup>29</sup> (ESCOBAR, 1920; TAVARES, TAVARES, 2004, p. 321; COSTA, 1944, p. 432).<sup>30</sup>

Sánchez erra datas (situou, por exemplo, a primeira invasão no Uruguai em 1895 e não em 1893), infla cifras (como a quantidade de mortos no Campo Osório ou o número de apresados na leva de 1896, que gerou conflito com Menna Barreto e Carlos Telles); exagera em relatos, como quando garante que as forças das guarnições federais chegaram a cercar o Cati, fato para o qual não há nenhum registro. Mas em tudo havia um fundo de verdade, o que, aliado à invocação da legitimidade do testemunho ocular, tornava seu ensaio tão vivo. Sánchez foi, nesse caso, um mestre do que hoje chamaríamos de *Fake News*.

Os soldados de João Francisco, a julgar pelo seu próprio testemunho – tanto à imprensa em 1895, quanto em seu livro *Noventa e Três*, de 1934 –, de bons moços de fato nada tinham: “É impossível evitar essas cousas [degolas], os rapazes entusiasma-se nas pelejas e, coitados, não os posso castigar por isso. Os federais fazem o mesmo. As nossas guerras são assim.”<sup>31</sup>

Esta legião estava constituída por um grupo selecionado de gaúchos destorcidos, ágeis, valentes, astutos e dotados, enfim, de qualidades especiais para a guerra de movimento. Homens nascidos e criados nas grandes estâncias, pastoreando o gado desde a idade de quatro ou cinco anos, acostumados a levantar da rústica cama, às primeiras horas da madrugada, comendo logo um pedaço de churrasco, chupando algumas cuias de mate e, antes de alvorecer, partindo para a afanosa luta: já fazendo a parada de rodeio, já apartando o gado destinado às tropas...ou apartando os touros que devem ser castrados ou já apartando os terneiros que vão ser marcados ou já ainda outros trabalhos rudes, (...) para só de novo se alimentar à noite, ao voltar para casa, ou no fogão da ronda da tropa. (...) adolescente, já é um ginete, laçador, boleador, campeiro a toda a prova e aprendendo (...) o manejo da lança e da espada. (...) Dentre os homens assim criados (...) alguns haviam sido feitos exclusivamente para a luta cruenta, penosa e sem descanso (SOUZA, 1934, p. 102).

O Regimento do Cati, quando entrava numa cidade, com sua cavalaria ligeira, estandartes coloridos, levantando poeira, infundia pavor, imagem que, aliás, fazia parte do negócio. Pranchaços, açoites e estaqueamentos não eram incomuns naqueles tempos, em regimentos, delegacias e fazendas. Numa zona turbulenta, assolada por pandilhas de contrabandistas fortemente armados e sobressaltada por abigeatários e capangas violentos, muitos celebravam tais métodos: “Os vizinhos daquele largo perímetro [Cati], confiantes na disciplina que o honrado comandante imprimiria àquela força, têm nela a mais lata garantia, pois é fato que por ali não existem vagabundos e ninguém acusa

<sup>29</sup> Cerca de 400 combatentes (COSTA, 1944). Mas Ulrich (1903) e o próprio João Francisco (1934) chegaram a estimar a força de Saldanha da Gama em 700 homens.

<sup>30</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 e 8 de setembro de 1895. FBN.

<sup>31</sup> *Jornal do Brasil*, RJ, 11 de julho de 1895. FBN. O depoimento foi provavelmente colhido pelo correspondente da Havas, Antonio Soares de Paiva.

a perpetração de crimes.”<sup>32</sup>

As chamadas “levas” eram conhecidas no ambiente do Rio da Prata, onde nem as capitais estavam imunes ao temido costume. Nos dias lúgubres que Montevideú, então com cerca de 250 mil habitantes, viveu durante o impopular governo de Idiarte Borda, com a revolução *blanca* às suas portas, poucos se atreviam a sair às ruas. Em 1897, os integrantes do bloco carnavalesco *Los hijos del sol* foram convidados pelo governo para cantar em um quartel e acordaram em 17 de março lutando no combate de Tres Arboles (departamento do Rio Negro), onde o Exército capitalino sofreu grave revés (SEGARRA, 1977). Há muitos registros de que João Francisco tenha usado essa prática, nos primeiros anos do Cati, mas a abandonou, por orientação de Castilhos e de Borges, preocupados não com sua brutalidade, mas com o alarme despertado na população, amplificado pelos comandantes de guarnições de fronteira em 1898<sup>33</sup>.

Não é razoável, porém, supor que, num quartel onde viviam famílias de soldados, de oficiais e do próprio comandante, campeasse a degola e a tortura. Ali havia mulheres e crianças. Um dos filhos de João Francisco nasceu no Cati. Dali, ele administrava suas terras, e não o contrário, como sustentou Sánchez. Uma atmosfera de ordem e progresso técnico, descrita por inúmeros correspondentes e oficiais, não seria local de beberagens, jogatina e festins nefandos. Alguns castigos, talvez, mas dificilmente aberrações hediondas fora dos padrões da época.

João Francisco, aliás, não gostava do jogo. Dizem que o proibia em Santana do Livramento. E prendia quem desrespeitasse a diretriz. É claro que não devia ser popular por conta disso (ULRICH, 1903; SANCHEZ, 1990).

O auge da influência de João Francisco na fronteira se deu entre 1903 e 1904, quando uma aliança estratégica com Aparício Saraiva promoveu a introdução clandestina de fardos carregamentos de armas e munições no Uruguai. João Francisco, além disso, garantiu a Aparício o trânsito livre pelo território brasileiro do exército *blanco* perseguido por forças legalistas do Presidente Batlle y Ordoñez, contrariando o compromisso com a neutralidade no conflito do país vizinho, fixado pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Exército brasileiro (GARCIA, 1956).

O cônsul do Brasil no Uruguai, Francisco Xavier da Cunha, considerava a ação de João Francisco uma “ameaça à política” brasileira na região e sugeria que a União pressionasse Borges de Medeiros para removê-lo do posto, de maneira a dissolver a “aliança secreta” entre Castilhos e Aparício Saraiva.<sup>34</sup> O Barão de Rio Branco mudou a política brasileira no Prata, entre 1902 e 1912, quando esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores, estabelecendo a isenção do Brasil nos

<sup>32</sup> PIRES, F. e Paula. *Rio-grandense*, Rio Grande, 7 de março de 1900. Biblioteca de Rio Grande. Ulrich, 1903, p. 226.

<sup>33</sup> “Os destacamentos aduaneiros de Quaraí e da Barra devem ser desde já reforçados; e, além do concurso do corpo fiscal, que de pronto poderá concentrar em Quaraí mais de cem homens, reunindo os destacamentos existentes em Uruguaiana, Livramento, podeis aumentar com igual número o efetivo de vosso corpo, percebendo as praças somente a etapa, conforme alvittrastes. Para o respectivo engajamento cumpre evitar algum excesso de força, que desperte receios ou alarme na população. Tendes naturalmente meios suasórios de chamar pessoal valido a serviço, sem o recurso de qualquer medida extrema, que seria contraproducente.” Borges de Medeiros a J.F. Pereira de Souza, 9 de junho de 1901, nº 4269. IHGRGS.

<sup>34</sup> Xavier da Cunha, cônsul brasileiro no Uruguai, 17 de julho de 1903, Arquivo do Itamaraty, Rio de Janeiro.

conflitos dos países vizinhos (DORATIOTO, 2000), princípio que o governo gaúcho desrespeitou, pelo menos até a morte de Aparício Saraiva, em 1904 (RECKZIEGEL, 1999).

Toda a ação de João Francisco se fez sob orientação secreta dos Presidentes do Estado, como atesta correspondência preservada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul<sup>35</sup>, bem como documentação preservada no arquivo do Itamaraty. João Francisco não agiu com a autonomia, em relação ao governo estadual, que Sánchez, dentre outros, lhe atribuía. Não que ele não tivesse certo poder de barganha, certa margem de manobra (como quando aumentou seu efetivo em 50 homens além da licença dada por Borges, ou quando autorizou Aparício Saraiva a transitar “ligeiramente” por território brasileiro), mas sua submissão ao comando do Palácio em Porto Alegre era bastante disciplinada<sup>36</sup>, donde se depreende que seus métodos e ações eram chancelados, inclusive a prática de contrabando de armas e as invasões ao Estado Oriental (ANAIS, 2009, p. 334; CAGGIANI, 1997, p. 93; GARCIA, 1956).

De qualquer forma, seu poder era tamanho, que o governo do Uruguai sabia que para selar a paz precisaria dialogar com os chefes do exército *blanco*, com o governo em Porto Alegre e com o Cati. Em maio de 1904, em plena guerra civil no país vizinho, o ministro plenipotenciário, no Rio de Janeiro, Federico Susviela Guarch, visitou o quartel (CORONEL, 1921, p. 29). Em 1906, com o aval de Borges de Medeiros, João Francisco celebrou um acordo com Batlle, pelo qual se comprometia com a neutralidade nos conflitos vizinhos, ganhando em troca sentença favorável da Justiça oriental em diversos processos, muitos dos quais relativos a práticas de contrabando de gado e sonegação fiscal, movidos contra correligionários republicanos, dentre os quais o irmão Bernardino Pereira de Souza (AYÇAGUER, 2019).<sup>37</sup>

Em 1904, *Caras y Caretas* deu nova contribuição para a afirmação do mito com uma matéria de três páginas sobre a morte de Aparício Saraiva, na qual se encontra a famosa foto do estado maior revolucionário cercado o general *blanco* em seu leito fatal em quarto na residência da mãe de João Francisco, Dona Luiza, na localidade de Sepulturas. A cena icônica inspirou a configuração das alegorias e estátuas do panteão dedicado a Aparício no cemitério de Buceo, em Montevideu, para onde seus restos foram trasladados pelo Partido Nacional em 1921. A reportagem estampava ainda retratos dos irmãos de João Francisco, de sua mãe, da estância e do túmulo de Aparício no mausoléu da família<sup>38</sup>

A imagem do caudilho feroz também foi replicada pelo padre Thomas Schoenaers (2003, p. 348-353), que habitou em Jaguarão nos primeiros anos do século XX e cujas cartas foram originalmente publicadas na Bélgica em 1904 (GIL, LONER, 2012). Para ele, João Francisco se

<sup>35</sup> Carta de Borges de Medeiros a João Francisco Pereira de Souza, Porto Alegre, 29 de novembro de 1903, nº 4422. IHGRGS.

<sup>36</sup> “V.Ex.ªs bem sabem que a única qualidade que tenho como político, é a obediência e a subordinação incondicional, com que sempre tenho sabido acatar as ordens superiores, em resumo, só sirvo para delegado – nunca poderei ser general.” João Francisco Pereira de Souza a Borges de Medeiros e a Júlio de Castilhos, Santana do Livramento, 19 de outubro de 1903, nº 8.152, IHGRGS.

<sup>37</sup> João Francisco Pereira de Souza, “Carta a Borges de Medeiros”, Santana do Livramento, 10 de março de 1906, Porto Alegre, nº 8178. IHGRGS.

<sup>38</sup> La muerte de Saravia. *Caras y Caretas*, Buenos Aires, n. 313, 1º de outubro de 1904, p. 37-9.

constituía numa continuidade dos horrores da Revolução Federalista, cujas sequelas em termos de devastação, aleijados e mutilados descreve com angústia. Numa carta de agosto de 1903, reproduz um artigo ominoso estampado na imprensa montevidiana, o qual, sob o título *O criminoso espírito partidário do Rio Grande do Sul*, reproduzia, essencialmente, a narrativa do Sánchez.

Em 1905, com a sucessão do Presidente da República Francisco de Paula Rodrigues Alves revelando-se conturbada, até a consolidação dos nomes de Afonso Pena e Nilo Peçanha, candidatos a presidente e a vice, respectivamente, o Senador gaúcho José Gomes Pinheiro Machado manipulou pelas desistências das pré-candidaturas do baiano Rui Barbosa e do paulista Bernardino de Campos. Por isso amargou ataques no Congresso e da imprensa. Eloquente, Rui Barbosa lembrou do aliado de Pinheiro na fronteira, e, como meio de desgastar seu rival, amplificou as narrativas de Florêncio Sánchez, Raphael Cabeda e Rodolpho Costa, popularizando a alcunha de Hiena do Cati. Para desfazer essa impressão hostil, Pinheiro chegou a convidar João Francisco para uma temporada no Rio de Janeiro, onde ele foi atração em inúmeros e refinados banquetes. Mas o estrago estava feito (SOUZA, 1934; CAGGIANI, 1997, p. 100-110; CARONE, 1971).

Uma aura de terror e medo foi impregnando o Cati. No serviço de diligências – ativo até 1910, quando os trilhos da estrada de ferro alcançaram a região (a viagem entre Sant’Anna e Pelotas consumia oito dias, para Uruguiana eram necessários três dias, em Salto ou Passo dos Touros se chegava em dois dias) –, também gerenciado por João Francisco (ASPECTOS, 1956), o jeito que os pais tinham de aquietar a criançada, que se agitava naqueles longos e cansativos deslocamentos, sobretudo quando se chegava perto da Estação do Cati, era assustá-la com o João Francisco: “Ele vem aí! Vai te pegar!”. Em razão do equipamento desconfortável e das estradas precárias – com muitos passos por cursos d’água e trajetos irregulares –, o padre Schoenaers (2003) chamou as diligências de “câmaras de tortura”.

Entre os adultos, um cumprimento jocoso vibrava às caladas, entredentes: “Até amanhã, se Deus quiser, João Francisco e a mulher, e os filhos que tiver”. No monumental *O tempo e o vento*, Érico Veríssimo (2018), em *Um certo Major Toríbio*, reproduziu uma quadrinha, declamada de boca em boca:

Nuvens negras no horizonte;  
De cima abaixo, um corisco;<sup>39</sup>  
O busto de Augusto Comte  
E a faca de João Francisco.

A imagem lúgubre e assustadora do Cati reverberou por anos. Em outubro de 1910, quando o 2º Regimento Provisório já havia sido dissolvido e o quartel extinto, o então deputado à Assembleia estadual, José Antônio Flores da Cunha, jovem bacharel, imprimiu no jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, uma série de artigos, reunidos no ano seguinte sob o título *Perfidias de um bandido*, editado no Rio de Janeiro: “Houve tempo na fronteira em que quase ninguém era dono do que lhe pertencia. Novo senhor feudal, dispunha o Coronel João Francisco, a bel prazer, da alheia propriedade. Rara é a fazenda da vasta zona que se estende de Livramento às Missões, que não tenha sido molestada

<sup>39</sup> Uma variação conhecida na tradição oral é: “o céu cortado de um corisco”.

pelas hordas do caudilho voraz.” Os ataques vinham logo depois de um entrevero estalado no Clube Pinheiro Machado, em Livramento, no qual pereceram três pessoas ligadas a João Francisco, sendo dois irmãos seus, como resultado de um acirramento de ânimos entre o ex-comandante do Cati e os Flores da Cunha, em especial, o jovem José Antônio e o irmão mais velho, Chico. Os sucessos do Clube Pinheiro Machado repercutiram estrepitosamente: no Rio de Janeiro, jornais como *O Paiz* publicaram por semanas notas quase diárias sobre o caso, enquanto na Argentina a revista *Caras y Caretas* distinguiu-o com uma matéria de quatro páginas, ricamente ilustrada<sup>40</sup>. Em Montevidéu, diversos jornais fizeram cobertura do caso, havendo sensível exploração sobre a possibilidade de João Francisco aderir a uma nova revolução nacionalista, eclodida em fim de outubro (AYÇAGUER, 2019).

João Francisco e Flores da Cunha apenas se reconciliaram em 1930, quando o primeiro assumiu o comando de uma brigada de cavalaria ligeira na vanguarda da revolução de 3 de Outubro, enquanto seu ex-desafeto pontificava na liderança do movimento vitorioso, que o levaria a ocupar o governo do Estado, até outubro de 1937 (AITA, AXT, 1998, p. 135).<sup>41</sup>

Em 1942, Dyonélio Machado, em ponto elevado de sua obra, *O Louco do Cati*, immortalizou a caliginosa memória do antigo quartel com maestria quase delirante:

Havia terminado a revolução com a vitória do governo. Era um fim de século - século 19. Fim de mundo... A campanha, principalmente a fronteira - ninho de revolucionários - não estava ainda “pacificada”. Fazia-se necessário isso que depois as guerras iriam chamar de “operações de limpeza”. Bem: essa limpeza se inaugurou, se consolidou, se prolongou. Tornou-se coisa regular. - Uma espécie de banditismo legal, entronizado naquele Castelo sobre uma elevação às margens dum arroio, nas caldas dum dos rios que têm mudado de pronúncia com a mudança de fronteira de dois povos inquietos. - Mas, é claro, uma tarefa de tal ordem (“Ordem pública! Ordem pública!”) punha nas mãos dos homens do Cati uma enorme soma de poder: poder pessoal, poder político, poder! (...)  
Já não se fazia mais nada naquela vasta zona sem consulta ao Cati. O Cati era um Subestado. Era o Estado para aquela região. Não raro entrava em conflito com o verdadeiro Estado, e o vencia. Polvo, estendia tentáculos, atava, arrastava, triturava. A simples companhia de volantins que demandava Livramento, vinda do Oeste, fazia a travessia pelo outro lado da linha, pelo estrangeiro, para não ter de passar pelo Cati. (Passar pelo portão do Cati era obrigatório). Por causa das mulheres... Não respeitavam nem as mulheres... E os pais e irmãos é que pagavam, atirados nos poços medievais. Daí, quando saíam, eram quase sempre degolados. Todos os que caíram eram degolados: por motivos pessoais, por motivos políticos, comerciais, por qualquer motivo... Altivo e frio, o Cati apertava, arrastava, triturava. E durante anos, anos. Fez-se uma legenda real, verdadeira, de sangue, de morte e de terror feudal. - Nós ficamos um pouco célebres, respeitados, admirados, por essa legenda (MACHADO, 2003, p.31).

Nascido em Quaraí em 1895, Dyonélio cresceu sob o esgar mnemônico do Cati. Em 1922 já escorregava para a dissidência republicana e sentia o peso da censura com o fechamento do jornal *A Informação*, que fundara no ano anterior. Formado em medicina em 1929, foi um dos precursores da moderna psiquiatria no País. Em 1934, tendo se aproximado da esquerda, amargava a primeira prisão por fins políticos. Em 1935, por ocasião da Intentona Comunista, foi preso novamente. Seu

<sup>40</sup> Sant’Anna do Livramento. Los sucesos y lo escenario. *Caras y Caretas*, 15 de outubro de 1910, n. 628, p. 91-94. BNE.

<sup>41</sup> *A Noite*, Rio de Janeiro, 30 de junho de 1953. In: CAGGIANI, 1997, p. 150.

primeiro romance, *Os Ratos*, foi publicado durante o período do cárcere, sendo aclamado pela crítica. A temática social, o acento psicológico e a crítica ao arbítrio e à repressão policial impregnam o conjunto de sua obra. *O louco do Cati* foi ditado em 1941 para familiares e amigos enquanto estava acamado (provavelmente se recuperando dos traumas) e temendo sofrer nova detenção. O livro antecipa o gênero *on the road*, narrando a peregrinação de um personagem numa espécie de eclipse de fuga, prisão e retorno, que culmina com uma cena final de catarse psicológica nas ruínas do Cati, origem de seu inferno subjetivo, condensado na infância (GRAWUNDER, 1994; BARBOSA, 1995; DORNELLES, 2017).

Uma vez, o pai ainda vivia. Estava conversando com amigos lá dentro, na varanda. Toda a família se achava reunida ali. Conversa séria. Parece que era coisa de queixas, de casos que não estavam certos, de injustiças. Num dado momento, porém a palestra subitamente se suspendeu! Um deles saiu pé ante pé. Foi até a porta da rua, espiou. Voltou tranquilizado: podia-se continuar. ‘– O que é que o tio Cuta foi ver na porta da rua, mãe?’ ‘Psiu! Um menino não fala nessas coisas.’ ‘– Que coisas, mãe?’ ‘Cala a boca: o Cati!’ (MACHADO, 2003, p. 33)

Para o atormentado personagem de Dyonélio, aliás, sem nome, o Cati era o mal, a morada do demônio, da qual a fuga era impossível, pois permanecia impregnado na alma. Uma espécie de prisão interior, como se o arbítrio fosse tão penetrante e onipresente que acabava introjetado pelo indivíduo. Prisão psicológica, era também cárcere moral, uma espécie de alegoria da psique autoritária, que pode habitar cada indivíduo, e de retrato do estado policialesco opressor.

Em comum a Cabeda, Costa, Sánchez, Rui Barbosa, Flores da Cunha e Dyonélio tem-se a ideia de que o Cati representava uma aberração “medieval”, a antítese da ideia de civilização e do progresso que João Francisco tanto tentava afirmar com suas maneiras citadinas e em seu vezo doutrinário dos anos 1920 e 1930.

Não obstante as inúmeras críticas, João Francisco tinha admiradores, como junto aos nacionalistas uruguaios, a ponto de seus chefes o designarem general-comandante da revolução de 1904, logo após Aparício expirar (GARCIA, 1956, p. 588). Depois da paz com Batlle y Ordoñez, em 1906, João Francisco projetou diversos investimentos empresariais – de bancos no Rio de Janeiro a saladeiros em São Borja – com sócios endinheirados da Argentina e do Uruguai. Mas nem entre os *blancos* era unanimidade. Em 1923, em plena campanha revolucionária assistida contra Borges de Medeiros, forças de Nepomuceno Saraiva, que integravam a Brigada do Oeste comandada por José Antônio Flores da Cunha, invadiram e saquearam a estância de Dona Luiza Pereira, mãe de João Francisco, que não tomara parte no conflito. O golpe foi considerado duríssimo por ter partido de uma força comandada pelo filho de Aparício, cujos despojos haviam sido retirados do panteão da família havia apenas dois anos (CAGGIANI, 1997, p. 154).

João Francisco faleceu em 4 de maio de 1953, em sua residência num bairro de classe média em São Paulo, aos 87 anos de idade, prometendo dar sequência à autobiografia cujo primeiro volume lançara em 1934<sup>42</sup>, projeto ao qual jamais conseguira dar seguimento. O sepultamento foi realizado no dia seguinte, granjeando razoável interesse da imprensa, sobretudo no Rio Grande do Sul, sua terra natal. Em outubro de 1979, por solicitação da filha Domingas Pereira de Oliveira, os restos mortais foram cremados e as cinzas transportadas para o cemitério municipal de Sant'Anna do Livramento, onde se ergueu o mausoléu da família.

Na historiografia, João Francisco também tem sido notado. Sem pretender esgotar a questão, valem alguns breves registros. Love (1975), em seu clássico sobre o *regionalismo gaúcho*, destacou a divergência com Borges de Medeiros, em 1910, que optou pelos Flores da Cunha, além de perceber a aliança do comandante do Cati com o Senador Pinheiro Machado e com Aparício Saraiva. A historiografia uruguaia reconhece o desempenho estratégico de João Francisco nas *patriadas* nacionalistas entre 1897 e 1904, tanto quanto garantidor de retaguarda para os *blancos*, quanto como contrabandista de armas e munições (GARCIA, 1956; SEGARRA, 1977). Estudos recentes, têm perscrutado o papel mais amplo de João Francisco na política uruguaia, estendendo-se pelo menos até 1910 (AYÇAGUER, 2019). O primeiro esforço para biografar João Francisco pertence ao especialista em história de Livramento Ivo Caggiani (1997) em obra na qual, embora contextualizando o personagem de modo ainda incipiente, sistematizou informações até então dispersas e propôs que João Francisco fosse compreendido em seu tempo, com a necessária desconstrução de mitos que cercavam sua memória. João Francisco foi ainda mencionado em trabalhos diversos, que abordaram temas variados, tais como o contrabando (AXT, 2002), a indústria do charque (VOLKMER, 2018), as trajetórias de José Antônio Flores da Cunha (SCHNEIDER, 1981; CAGGIANI, 1996; AITA, AXT, 1998) e Getúlio Vargas (ARAÚJO, 1985; NETO, 2012) ou revoltas, como a de 1924 em São Paulo (CORRÊA, 1976) e a Coluna Costa-Prestes (MEIRELES, 1995). Mas muito ainda pode ser inquirido ao seu respeito. A própria Revolução de 1924, onde foi fundamental, ainda é relativamente pouco estudada (ROMANI, 2011).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Borges de Medeiros foi, a partir de 1904, diminuindo os repasses de verba ao Cati. A conjuntura havia se modificado. Com a morte de Gaspar Silveira Martins, em 1901, o ímpeto revolucionário da oposição arrefecera. Com a expiração de Castilhos, em 1903, o governo estadual via-se parcialmente desobrigado de seguir em faina persecutória. Com o perecimento de Aparício Saraiva, em 1904, Batlle se consolidava no Uruguai. Com Castilhos e Aparício, João Francisco perdeu seus principais arrimos. Restava-lhe o senador Pinheiro Machado, mas não seria o suficiente para manter o Cati. Em 1907, queixava-se do abandono do Regimento, reduzido a 200 homens, metade dos quais “bêbados e desordeiros”, enviados pelos intendentes dos municípios; o cartuchame estava vencido, o armamento desatualizado e o fardamento vinha apenas uma vez por ano – abrigos acabavam

---

<sup>42</sup> *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 de junho de 1951.

sendo confeccionados nas oficinas do Cati, assim como os correames. Em 31 de dezembro de 1908, pelo Decreto n. 1.410, o sucessor de Borges de Medeiros no Governo, Carlos Barbosa Gonçalves, consumou, sob a orientação do chefe do partido, a extinção do Regimento. Em 29 de janeiro de 1909, João Francisco pediu ao Presidente sua exoneração, depois de 19 anos de serviços prestados<sup>43</sup>.

Em meados de 1910, graças a uma intermediação que Borges de Medeiros ajudou a fazer (não sem certo constrangimento), o Exército comprou o Cati, por 165 contos de réis. Parte do valor reverteu ao Estado, como indenização por investimentos feitos na propriedade ao longo dos anos.<sup>44</sup> Despedindo-se da vida pública e projetando grandes empresas, João Francisco, contudo, não conseguiu se dedicar apenas às lides privadas, como desejava. Em julho de 1910, Borges transformou seu principal desafeto, Coronel Chico Flores, em chefe político de Livramento e região, nomeando-o Subchefe de Polícia, cargo que era ao mesmo tempo de segurança pública e político. Desse modo, viu-se na oposição. O custo pessoal dessa queda de braço foi enorme. Dois irmãos seus foram assassinados, assim como alguns dos colaboradores mais próximos. Seus negócios na fronteira foram à bancarrota. Em 1912, precisou emigrar para São Paulo. Depois de empreendimentos naufragarem lá também, tentou retornar a Livramento como intendente, em 1915, sem sucesso. Estava em São Paulo, novamente, quando eclodiu a revolta tenentista de 1924, à qual aderiu e em razão da qual migrou para o exílio na Argentina e no Uruguai, em 1925, apenas retornando ao Brasil em outubro de 1930 (CAGGIANI, 1997: 65).

O Cati assustava e sua fama corria fronteiras, mas longe estava de ser uma fossa macabra. Entre o Bicho Papão que apavorava crianças, o caudilho feral, o criminoso que empolgava dramaturgos e o empreendedor brilhante que encantava admiradores, estava o João Francisco de carne e osso. Comportava-se como um vice-rei da fronteira, afrontando o Exército, o Itamaraty e o governo uruguaio, mas não foi desleal ou insubordinado ao Palácio em Porto Alegre. Em razão dos inimigos que ele próprio e o Senador Pinheiro Machado fizeram na política, se lhe atribuíram atrocidades além daquilo que de fato praticou, o que já não era pouco. Sua má fama vibrou décadas, repercutindo mais do que a de chefes republicanos envolvidos em situações ainda mais lúridas, como o Coronel Firmino de Paula, que em 1894 massacrou no Capão do Boi Preto revolucionários de Ubaldino Machado, degolando 370 prisioneiros (SOARES, 2000), por lotes, ao longo de uma marcha em direção a Santa Bárbara, sendo os cadáveres deixados insepultos, entregues aos corvos e cães selvagens na beira do caminho (AXT, 2008, p. 242-3). O combate do Campo Osório, por exemplo, tornou-se muito mais falado do que a batalha do Pulador, entre as forças de Gomercindo Saraiva e do General-de-Brigada honorário Francisco Rodrigues Lima, em 27 de junho de 1894, na qual pereceram 800 homens (CABEDA, 2004).

João Francisco não virou nome de logradouro público, como Firmino de Paula, e tantos outros republicanos sanguinários, a começar pelo próprio Júlio de Castilhos. Depois dos acontecimentos do clube Pinheiro Machado, em 1910, que mais atestam sua fragilidade do que sua lendária ferocidade

---

<sup>43</sup> João Francisco Pereira de Souza, “Carta a Borges de Medeiros”, Santana do Livramento, 24 de maio, 5 de setembro, 6 de outubro, 10 de outubro de 1907, n.º 8191, 8193, 8194, 8196. IHGRGS.

<sup>44</sup> *A Federação*, 29 de setembro de 1910. FBN.

e seu poderio inatingível, João Francisco dedicou-se a escrever opúsculos e livros, vazados entre 1912 e os anos 1940. Várias vezes tentou se justificar diante dos excessos que lhe foram atribuídos. Mas perdeu a guerra da memória.

O Cati entrou para o imaginário como uma espécie de encarnação do terror limite, de entronização do macabro “feudal” numa fronteira sem lei, nas fimbrias ditatoriais de um estado policialesco. Se nublou em delírio febril, vulto borrado na memória que assombra mesmo sem invocação. Sua fama foi amplificada e exagerada ao longo de anos, por jornalistas, tribunos, políticos influentes e escritores talentosos.

Mas enquanto João Francisco serviu aos seus desígnios, Borges de Medeiros o cobria de encômios. Flores da Cunha se reabilitou com ele em 1930, assim como Oswaldo Aranha e Getúlio Vargas (ainda que temporariamente), que o aproveitaram em comandos na Revolução de 3 de outubro e na resistência à Revolução Constitucionalista de 1932.

Hoje, o Cati é um campo de instrução do Exército, sob direção da IIª Bateria de Artilharia Antiaérea, da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada. Nas duas quadras do campo lindeiro o Exército criou cavalos, mas, com o tempo, desistiu do empreendimento. O terreno chegou a ser arrendado, depois de camponeses sem terra tentarem uma ocupação (JOBIM, 1982).

Restam vestígios do célebre quartel: algumas paredes externas, sem reboco e com os tijolos e pedras à mostra, em avançado estado de decomposição, mas que testemunham a solidez do local, e a antiga caixa d'água. Em 1994, a 10ª Cavalgada da Semana Farroupilha, com apoio da Prefeitura Municipal de Livramento, fixou placa em bronze no local: “Marco Estratégico da Vigilância Militar na Manutenção da Ordem Nessa Histórica Fronteira Gaúcha”. Os dizeres, é claro, saúdam o Cati como local de ordem e progresso, esquecendo as atividades polêmicas em que João Francisco se envolveu.

O terreno foi revirado e cavocado, por gente que perseguiu a lenda de um tesouro escondido. Mas não comoveu residentes em potencial: “ninguém quer morar no Cati. As pessoas têm medo. Dizem que o sobrenatural do coronel João Francisco caminha por ali à noite, como fazia quando comandante” (JOBIM, 1982).

O mato ralo foi reassumindo o controle do quartel. O cerro agora nemoroso obumbra ruínas agonizantes de um dos prédios mais afamados já erguidos no Rio Grande do Sul. Por sua importância, o sítio, todavia, mereceria um projeto de escavação arqueológica, bem como um plano museal que destacasse e discutisse para as novas gerações sua dimensão histórica e simbólica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AITA, Carmen A.; AXT, Gunter. *José Antônio Flores da Cunha: discursos (1909-1930)*. Perfis Parlamentares Gaúchos. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 1998.
- ANAIS do Arquivo Histórico do RS. Política e poder nos primeiros anos da República: a correspondência entre Júlio de Castilhos e seu secretário, Aurélio Viríssimo de Bitencourt. Porto Alegre: AHRSE/EDIPUCRS, 2009.
- ARAÚJO, R. V. *Os Vargas*. Porto Alegre: Globo, 1985.
- ASPECTOS de Sant'Anna. Sant'Anna do Livramento: Ed. Imprensa, 1956.
- AXT, Gunter. A dimensão política e social do contrabando no Rio Grande do Sul. *História em Revista*, Pelotas, v. 8, p. 69-110, 2002.
- AXT, Gunter. A Revolução Federalista (1893-1895). Guerra civil brasileira. In: AXT, Gunter (org.). *As guerras dos gaúchos. História dos conflitos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Nova Prova, 2008.
- AYÇAGUER, Ana María Rodríguez. Levantamientos armados y "diplomacia marginal". João Francisco Pereira de Souza y las redes políticas del gobierno uruguayo en la frontera con Brasil (1908 y 1910). *Estudios Históricos*, Rivera, n. 22, s /p., 2019.
- BARBOSA, Márcia Helena Saldanha. *Dyonelio Machado*. Porto Alegre: UE, 1995.
- BARRÁN, J.P.; NAHUM, B. Historia social de las revoluciones de 1897 y 1904. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1972.
- CABEDA, Coralio Bragança Pardo. Considerações em torno da batalha de Passo Fundo. Porto Alegre: *Revista do IHeGRS*, nº 139, p. 9-26, 2004.
- CABEDA, Rafael; COSTA, Rodolpho. *Os crimes da ditadura*. Rivera: O Maragato, 1902.
- \_\_\_\_\_. Os crimes da ditadura. In: AXT, Gunter; CABEDA, Coralio B. P.; SEELIG, Ricardo V. (org.). *Os crimes da ditadura. A história contada pelo dragão*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público, 2002.
- CABEDA, Coralio Bragança Pardo; MEIRA, Antônio Gonçalves. *Nossas guerras. Considerações históricas dos seus recursos*. Porto Alegre: Edigal, 2009.
- CAGGIANI, Ivo. *Santana do Livramento, 150 anos de história*. Vol 2. Sant'Ana do Livramento: Prefeitura Municipal, 1984.
- CAGGIANI, Ivo. *Flores da Cunha*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.
- CAGGIANI, Ivo. *João Francisco: a hiena do Cati*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.
- CARONE, Edgar. *A República Velha (evolução política)*. São Paulo: Difel, 1971.
- CORRÊA, Anna Maria Martinez. *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- CORONEL, João Francisco. Conceitos emitidos a seu respeito por Júlio de Castilhos, Pinheiro Machado e outros eminentes políticos, literatos, etc. 1895-1915. São Paulo: sem editora, 1921.
- COSTA, Dídio Iratim Afonso. *Saldanha, Almirante*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1944.

- DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. A política platina do Barão do Rio Branco. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 43 n. 2, 2000.
- DORNELLES, Jonas Kunzler Moreira. A prisão da moralidade em Louco do Cati. *Nau Literária*, v. 13, n. 1, p. 17-37, 2017.
- ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a história da Revolução rio-grandense de 1893*. Porto Alegre: Globo, 1920.
- FISCHER, Luis Augusto (org.). *Antônio Chimango. Poemas, crônicas, discursos e polêmicas de Ramiro Barcelos*. Caxias do Sul: Ed. Modelo de Nuvem, 2016.
- GARCIA, Nepomuceno Saravia. *Memórias de Aparício Saravia*. Montevideo: Ed. Medina, 1956.
- GIL, Lorena; LONER, Beatriz. Rio Grande do Sul no nascer do século XX: Jaguarão e a fronteira brasileira pelos olhos de um padre belga. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 38, supl., p. S253-S268, 2012.
- GRAWUNDER, Maria Zenilda. *Alegoria na literatura brasileira: a tetralogia 'opressão e liberdade' de Dyonelio Machado*. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.
- JOBIM, Nelson Franco. João Francisco Pereira de Souza, o Coronel Degola, a Hiena do Cati. *CooJornal*, Porto Alegre, fevereiro de 1982.
- LOVE, J. L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975.
- MACHADO, Dyonélio. *O Louco do Cati*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.
- MACIEL, Érico. Alimpando Aleives. Aspectos de Sant'Anna. *Folha Popular*, 1968.
- MARTÍNEZ, Arturo Bolaños. Sólo Soy Vargas Vila. *Estudios Latinoamericanos* (22-23), p. 94-104. 2008.
- MEDEIROS, Laudelino T. *A pacificação da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Lasalle, 1995.
- MEIRELLES, Domingos. *As noites das grandes fogueiras*. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- MOURA, Euclides. *O vandalismo no Rio Grande do Sul*. Pelotas: Universal, 1892.
- NETO, Lira. *Getúlio Vargas: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- PEREIRA, Miguel José. *Esboço História da Brigada Militar*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Brigada Militar, 1950.
- PEZAT, Paulo. A Revolução Federalista na perspectiva de um médico positivista: cartas do dr. Bagueira Leal a Miguel Lemos e a Teixeira Mendes. *História em Revista*, 9, s\p, 2003.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. *A diplomacia marginal*. Vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904). Passo Fundo: UPF, 1999.
- ROCCA, Pablo. Florencio Sánchez y Uruguay: una relación crítica. Cervantes Virtual. [http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/florencio-sanchez-y-uruguay-una-relacion-critica/html/fdfde5c8-47a3-447f-bca9-f8a5c20c5832\\_2.html#l\\_0](http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/florencio-sanchez-y-uruguay-una-relacion-critica/html/fdfde5c8-47a3-447f-bca9-f8a5c20c5832_2.html#l_0) Acessado em 21 de abril de 2020.
- ROGERS, Geraldine. *Caras y Caretas: cultura, política y espectáculo en los inicios del siglo XX argentino*.

La Plata: Univ. Nacional de La Plata, 2008.

- ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. *Topoi*, v. 12 n. 23, p. 161-178, 2011.
- SANCHEZ, Florencio. El caudillaje criminal en Sudamérica. In: RAMA, Carlos; CAPPELLETTI, Angel (ed.) *El anarquismo en America Latina*, ed. Caracas: Ayacucho, p. 202-213, 1990.
- SARMIENTO, Domingos Faustino. *Facundo o Civilización y barbarie en las pampas argentinas*. Buenos Aires: El Aleph, 1999.
- SCHNEIDER, R. P. *Flores da Cunha: o último gaúcho legendário*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1981.
- SCHOENAERS, Thomas. *Três anos no Brasil*. Pelotas: EDUCAT, 2003.
- SEGARRA, C. Enrique Mena. *Aparicio Saravia: las ultimas patriadas*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1977.
- SOARES, Mozart Pereira. A Revolução Federalista de 1893 e a degola do Boi Preto, Porto Alegre, *Revista do IHeGRS*, nº 135, p. 47-50, 2000.
- SOUZA, João Francisco Pereira de. *Psicologia dos acontecimentos políticos sul-rio-grandenses*. São Paulo: Monteiro Lobato Editores, 1923.
- SOUZA, João Francisco Pereira de. *Noventa e Três*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1934.
- SOUZA, João Francisco Pereira de. *Escola Republicana Estoica*. Segundo opúsculo. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1934b.
- TAVARES, Francisco da Silva; TAVARES, Joca. Diários da Revolução de 1893. AXT, Gunter; CABEDA, Coralia Bragança Pardo; SEELIG, Ricardo Vaz (orgs.). Porto Alegre: Memorial do Ministério Público/ Ed. Nova Prova, 2 vols., 2004.
- UEDA, Vanda. A implantação do telefone: o caso da Companhia Melhoramento e Resistência, Pelotas, Brasil. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, n. 46, 1999.
- ULRICH, Arthur Lara. *Defesa do Coronel João Francisco Pereira de Souza*. Sua atuação na política desde 1889 a 1903. Sant'Ana do Livramento: Typografia Marechal de Ferro, 1903.
- VERÍSSIMO, Erico. *O tempo e o vento, parte III: o arquipélago*, v. III. São Paulo: Companhia das letras, 2018.
- VOLKMER, M. A indústria do charque e as relações coronelistas na fronteira Oeste do RS (Quaraí, 1893-1908). In: PESSI, B. S.; SCHMIDT, B.B. *Produzindo história a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: APERGS, p. 49-66, 2008.